

13 set 2006

Nº 12

Valorização do salário mínimo reduz a desigualdade

Por Antonio Prado¹
Economista do BNDES

**Estudos do IPEA
comprovam a
eficácia das
transferências sociais**

O desenvolvimento de uma sociedade não é medido apenas pelo aumento da sua capacidade de gerar riquezas, mas também pela distribuição de seus recursos econômicos, culturais e políticos. Vivenciamos, na história brasileira do século XX, momentos em que o PIB se expandiu muito acima da média mundial (anos 50 e anos 70). Infelizmente, por incipiência ou ausência de democracia, o aumento da renda concentrou-se em apenas alguns segmentos sociais,

não beneficiando a imensa maioria da população.

O instrumento por excelência desse processo de concentração foi o desmantelamento do salário mínimo, acompanhado da criação de políticas salariais que impediam o repasse dos ganhos de produtividade aos trabalhadores e a correta aplicação dos índices de inflação. O leque salarial foi aberto e com ele o desnível social pré-existente, o que contribuiu para criar uma das sociedades mais desiguais do mundo.

O salário mínimo, em si, não é a única solução para os que estão estruturalmente fora do

¹ Antonio Prado é economista, professor do Departamento de Economia da PUC-SP (licenciado), foi Coordenador da Produção Técnica do Dieese nos anos 90 e é chefe da representação do BNDES em Brasília.

Visão do Desenvolvimento é uma publicação da Secretaria de Assuntos Econômicos (SAE), da Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. As opiniões deste informe são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente o pensamento da administração do BNDES.

mercado de trabalho e que não acessam a renda através de sua atividade produtiva, mas certamente ajuda na redução da pobreza entre os trabalhadores situados na base da pirâmide social. Dada essa fragmentação trágica, as políticas de combate à pobreza no Brasil consideram duas dimensões, a das ações através do mercado de trabalho, que atendem o trabalhador pobre; e daquelas através das políticas de inclusão social, orientadas para os excluídos do mercado. As políticas de inclusão social são feitas através de transferências diretas de renda e de acesso aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social. O programa Bolsa Família, o SUS e a LOAS são fundamentais nesse esforço, com resultados já detectados em estudos do IPEA². No caso brasileiro, o salário mínimo tem duplo efeito, tanto através do mercado de trabalho

As políticas de transferência de rendas estão abrangendo segmentos cada vez mais amplos dos trabalhadores pobres

como das transferências sociais, pois muitas delas são indexadas, por lei, ao seu valor, tanto no que se refere ao benefício quanto às faixas de renda adotadas para acessá-lo.

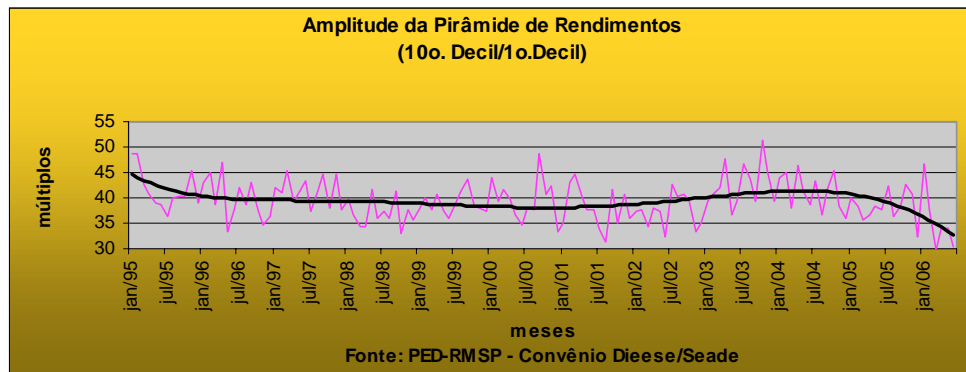
Não parece haver controvérsias relevantes em relação à contribuição do salário mínimo

para a diminuição da pobreza através das políticas de proteção social de-

correntes de inserção atual ou pretérita no mercado de trabalho, implementadas através do pagamento do abono salarial, seguro-desemprego, aposentadorias e pensões, licença maternidade, auxílio-doença; ou das transferências diretas às populações excluídas e vulneráveis. Mas, há controvérsias em relação ao ritmo e sustentabilidade da contribuição do salário mínimo, principalmente em ambiente de restrição fiscal, conflito distributivo pelo orçamento público e baixo crescimento do PIB.

Recente estudo do CPS-FGV revela a nítida redução da taxa de miséria baseada em renda do trabalho nas regiões metropolitanas (CPS-FGV, 2006). Detecta também uma inelasticidade crescente da taxa de miséria no

2 "Como seria de se esperar...a grande notícia em termos de Coeficientes de Concentração é a mudança da categoria de renda 'juros, dividendos e Bolsa Família' de campeã de concentração de 1995-1998 a vice-campeã em desconcentração em 2004. ...Também notável é a diminuição na progressividade das aposentadorias e pensões indexadas ao salário, que no entanto, ainda em 2004 constituem a categoria de renda mais progressiva" (Soares, 2006:22)



mercado de trabalho em relação ao salário mínimo e lança a hipótese de que talvez a sua valorização real já tenha cumprido seus efeitos máximos e atingido um ponto de saturação. Essa hipótese é ainda prematura e não deve orientar decisões de políticas públicas sem a realização de mais estudos³. Mas tem um lado que merece registro, pois reconhece que o salário mínimo já teve “impactos favoráveis na pobreza sob a ótica do trabalho”, coisa negada desde os primórdios dos 66 anos de história do sa-

Nunca houve um período tão longo de crescimento nominal do mínimo com estabilidade na cesta básica

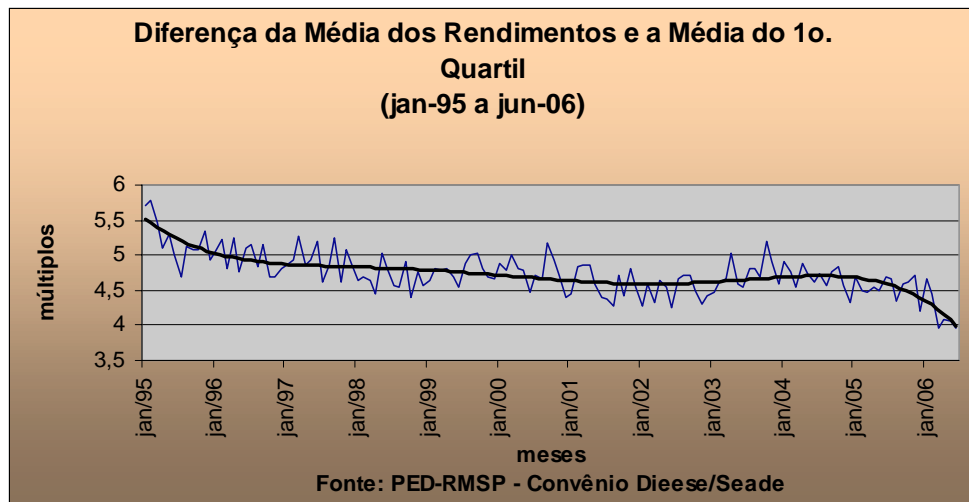
lário mínimo brasileiro, por muitos especialistas neoclássicos.

É inequívoco que houve um importante aumento do salário mínimo real desde 1994. Todas as instituições de pesquisa medem essa trajetória, com maior ou menor entusiasmo. Esse aumento se deve à sua proteção

contra a inflação, à incorporação do crescimento do PIB per capita, à

desinflação da economia e à oferta adequada de bens salariais básicos, elementos de uma política explícita de recuperação do poder de compra do mínimo. A hipótese levantada pelo CPS-FGV deve ser investigada com profundidade, mas não é relevante para a função principal da política de salário mínimo. A pobreza vem sendo reduzida atra-

³ A linha de pobreza per capita utilizada pelo CPS-FGV está abaixo dos rendimentos que podem ser afetados pela dinâmica do mercado de trabalho organizado. Desta forma, a inelasticidade identificada em relação ao salário mínimo pode estar relacionada à própria lógica de construção da linha de pobreza e de suas atualizações no tempo.



vés do salário mínimo, no mercado de trabalho e através de seu efeito indexador sobre as transferências sociais, mas o seu papel principal é o de reduzir as desigualdades. É a desigualdade a fonte da trágica história social do país.

Como o salário mínimo pode reduzir as desigualdades? É evidente que se todos os rendimentos fossem indexados ao seu valor, não poderia haver redução nenhuma da desigualdade nas rendas do trabalho. Logo, a elevação do salário mínimo, como fator de redução de desigualdades, pressupõe afetar apenas os rendimentos re-

ais dos trabalhadores de baixa renda.

Não é difícil demonstrar a melhoria dos indicadores de concentração durante o processo de elevação do salário míni-

mo real. Para isso, usaremos principalmente os dados da pesquisa do Dieese e da Fundação Seade para a

Região Metropolitana de São Paulo, devido à sua longa série de dados mensais, disponíveis desde 1985. A PME-IBGE, lamentavelmente, sofreu uma ruptura de sua série em 2001, o que impede a análise do último período de recuperação consistente do salário mínimo, que

Por mais de dez anos o Salário Mínimo tem garantido o poder de compra em relação à cesta básica

começa em 1994. E a PNAD é anual, portanto, indicadores produzidos a partir dela são menos sensíveis para avaliação dos efeitos das correções do mínimo.

A amplitude da pirâmide de rendimentos pode revelar se há uma tendência

de redução das desigualdades econômicas. Note-se nos Gráficos I e II que há uma nítida queda das diferenças entre os rendimentos mais elevados no mercado de trabalho, encontrados entre os 10% mais ricos e aqueles dos 10% mais pobres. Esta diferença flutuou

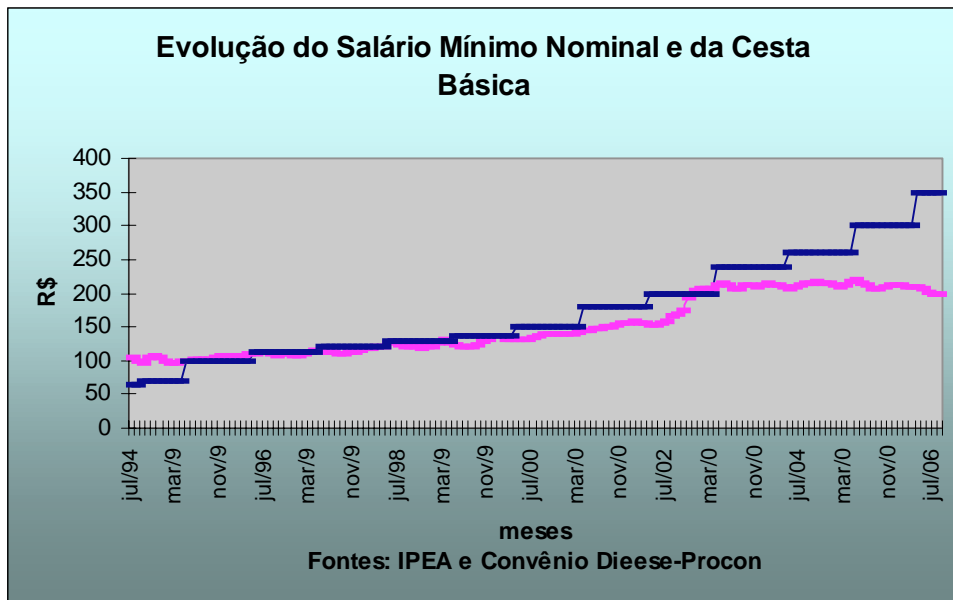
Caiu a diferença entre os assalariados mais ricos e os mais pobres

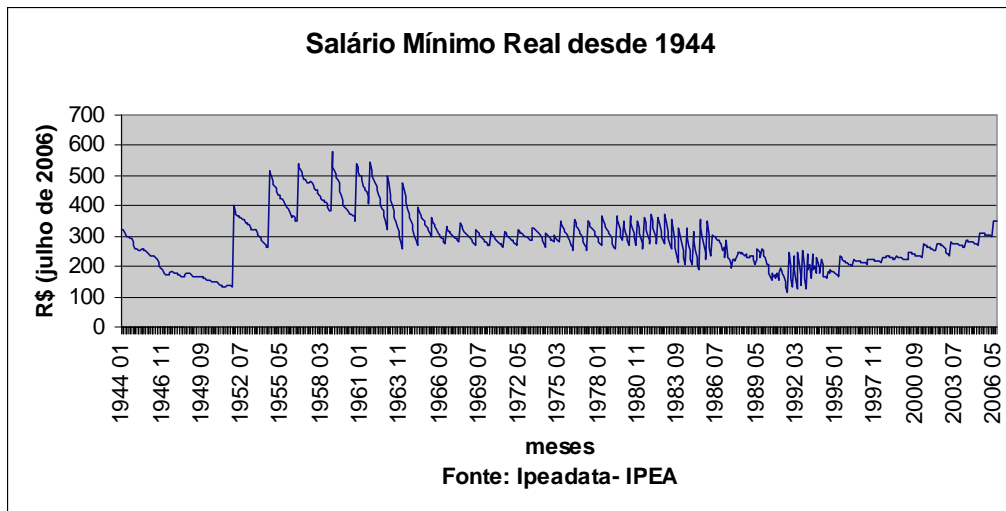
em torno de 40 vezes na última década e desmoronou a partir de 2004, para 30 vezes em junho de 2006. Isto representa uma redução de 25% na amplitude dos rendi-

tamentos. A diferença entre a média total dos rendimentos e a média do 1o. quartil, fai-

xa mais afetada pela política de valorização do salário mínimo, apresenta trajetória de queda ainda mais definida. Cai seguidamente desde 1995. A diferença era de 5,4 vezes no 1º semestre de 1995 e chegou a 4,2 no 1º semestre de 2006, queda de 22%. Em junho de 2006 já é de

Gráfico 3





3,97 vezes.

Do início de 1995 ao final de 2003 não há diferenças relevantes nas taxas de crescimento do PIB que poderiam explicar tamanhas quedas no leque salarial. Tampouco houve algum dinamismo setorial na economia urbana que pudesse ampliar fortemente a demanda por trabalhadores de baixa renda, seja na construção civil ou nos serviços, como ocorreu no período do Plano Cruzado, em 1986 e nos primeiros meses do Plano Real, em 1994. O salário mínimo apresenta-se, portanto, como fator determinante principal.

A política do salário mínimo foi

capaz de garantir o seu poder de compra em relação a uma cesta básica de alimentos e produtos de higiene e limpeza durante mais de dez anos. Mas a partir de 2000, ele já sobe discretamente acima do valor desta cesta e a partir de 2003, o valor da cesta se

estabiliza enquanto o salário mínimo continua em crescimento. Isto faz com que o salário mínimo esteja atualmente cerca de duas vezes maior que o valor da cesta. Exatamente, 75% acima. Essa é uma novidade histórica, pois nunca houve um período tão longo de crescimento nominal do mínimo com estabilidade (e até que-

Desde 1994, o Salário Mínimo subiu mais que a cesta básica

da) na cesta básica. (Ver Gráfico III)

Mesmo se o valor real do salário mínimo for calculado em relação a uma cesta ampla de bens e serviços assalariados, como a coberta pelo INPC, sua evolução é bastante positiva. O forte arrocho durante o período autoritário demoliu o salário mínimo real do patamar de imediato pós-guerra (II Guerra) de R\$ 400,00 para R\$ 300,00. Os efeitos da hiperinflação dos anos 80 trouxeram o mínimo para valores reais abaixo de R\$ 200,00. No entanto, há mais de uma década, entrou em uma trajetória lenta e consistente de recuperação. Agora, em julho de 2006, está em R\$ 350,00.

O salário mínimo no Brasil tem mais de 60 anos. Sempre foi motivo de controvérsias intensas e sofreu várias mudanças abruptas ao longo de sua história. Mas os últimos anos

têm sido particularmente importantes, pois testemunham a revalorização contínua e consistente do salário mínimo. Não é pouco, pois os resultados dessa política são contundentes pois,

a) a pobreza vem caindo de forma significativa entre os trabalhadores da base da pirâmide social;

b) as políticas de transferência de rendas estão abrangendo segmentos cada vez mais amplos dos segmentos em exclusão social e dos pobres do mercado de trabalho;

c) há uma consistente queda na desigualdade das rendas pessoais.

São esses resultados que contribuem para a construção de um desenvolvimento econômico e social para todos.



Referências bibliográficas

CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS- FGV. Redistribuição Trabalhista Recente. **Rio de Janeiro, 2006 (ver em www.fgv.br/cps).**

SOARES, Sergei S.D. Distribuição de Renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004. **IPEA. Texto para Discussão no. 1166. Brasília, fev.2006.**

VEDDER, Richard K. & GALLAWAY, Lowell E. Does the Minimum Wage Reduce Poverty? **EPI. OHIO University: Employment Policies Institute, jun-2001.**



Se você quer receber os próximos números desta
publicação envie e-mail para
visao.do.desenvolvimento@bndes.gov.br.